REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 175/2015

CONSIDERANDO QUE:

a) o chamado Auto de Resistência é uma medida administrativa criada durante a ditadura militar brasileira para legitimar a repressão policial comum à época, mas, hoje, já anacrônica;

b) esse tipo de recurso tem permitido que o policial que comete um assassinato em serviço não seja preso em flagrante, assim como autoriza que o ato não seja investigado;

c) na prática, os policiais afirmam darem voz de prisão, mas as pessoas se recusam a obedecer-lhes, “obrigando” o agente a usar de toda a sua força, inclusive para matar;

d) de acordo com dados do Mapa da Violência 2014, o Brasil ocupa a 7ª posição em uma lista de países com as maiores taxas de homicídio, e a Bahia se destaca como um dos estados onde o número de homicídios de jovens negros é um dos mais elevados;

e) pesquisas apontam que 71% das vítimas de homicídio são homens negros, a maioria com idade entre 15 e 29 anos, e boa parte deles vítimas de ações policiais;

f) segundo pesquisa feita pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, o número de negros mortos em decorrência de ações policiais para cada 100 mil habitantes em São Paulo é três vezes maior que o registrado para a população branca;

g) dados revelam que 61% das vítimas da polícia no Estado são negras; que 97% são homens e 77% possuem de 15 a 29 anos;

f) a Bahia é um dos lugares no mundo com a maior população negra fora do continente africano, e pesquisas recentes mostram que, em decorrência de ações policiais, a chance de morrer de uma pessoa negra é três vezes maior do que a de uma pessoa branca;

g) tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 4.471/2012, que altera os artigos 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal, ainda não aprovado;

h) recentes casos de chacina envolvendo policiais ocorreram em nosso Estado, tendo sido julgados pelo Ministério Público como atos de vingança por parte dos policiais militares,

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, decretar norma determinando que policiais não possam mexer na cena do crime nem prestar socorro às vítimas de ações policiais, ficando impedidos de utilizar o recurso administrativo conhecido como Auto de Resistência, ou resistência seguida de morte, a fim de garantir que todos os casos em que existam vítimas sejam investigados na forma da Lei.

Sala da Comissão, 22 de julho de 2015.

Leo Prates
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Luiz Carlos Suíca
Vice-Presidente

Alfredo Mangueira **Everaldo Augusto**

Geraldo Júnior **Paulo Magalhães Júnior**

Waldir Pires